



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
Campus Alta Floresta
Coordenação de Compras

Termo de Referência
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2022
(Processo Administrativo nº 23747.000707.2022-10)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição e Instalação de Geomembrana, equipamentos hidráulicos e elétricos para implementação de tanques de piscicultura na Fazenda Experimental em Paranaíta, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Item	Unid.	Qtde	Descrição	Valor de Referência	
				Vlr.Unit Estimado R\$	Vlr. Total Estimado R\$
1	Metro	17 bobinas de 50m cada. Total de 850m	Tubo Pead, Pe 100, Pn 10, bobina de 50 m, de 110 mm. Sdr 17, E = 6,6 mm, Peso aproximado de 2,2 Kg/m. Aplicação piscicultura	R\$ 73,30 (por metro)	R\$ 62.305,00
2	Metro	4 bobinas de 50m cada. Total de 200m	Tubo Pead, Pe 100, Pn 10, Bobina de 50 m, de 63 mm, sdr 17, E = 3,8mm, Peso aproximado de 0,71 kg/m. Aplicação Piscicultura	R\$ 23,78 (por metro)	R\$ 4.756,00
3	Unidade	15	União de Compressão para tubo Pead, 110x110 mm	R\$ 447,13	R\$ 6.706,95
4	Unidade	5	Cotovelo de compressão para pead, 90°, 110x110 mm	R\$ 374,95	R\$ 1.874,75
5	Unidade	10	Têe de compressão para tubo pead, 110x110x110 mm	R\$ 510,44	R\$ 5.104,40
6	Unidade	10	Tampão de compressão para pead, 110 mm	R\$ 314,11	R\$ 3.141,10
7	Unidade	33	Têe de compressão de redução para tubo pead, 110x63x110 mm	R\$ 583,59	R\$ 19.258,47
8	Unidade	33	Registro (válvula) de compressão para pead, 63 mm	R\$ 304,33	R\$ 10.042,89

9	Barra	60	Tube PVC irrigação soldável PBL DN 75mmX6 metros PN 80 cor azul duro	R\$ 122,98 (por unidade)	R\$ 7.378,80
10	Unidade	6	Joelho 90 graus PVC irrigação soldável DN 75 mm cor azul	R\$ 30,51	R\$ 183,06
11	Unidade	4	Luva PVC irrigação soldável DN 75mm cor azul	R\$ 16,78	R\$ 67,12
12	Unidade	2	Curva 45 graus PVC irrigação soldável DN 75mm cor azul	R\$ 35,82	R\$ 71,64
13	Unidade	2	Adaptador curto para registro (ponta com rosca e bolsa lisa) irrigação DN 75mm x 3" cor azul	R\$ 23,29	R\$ 46,58
14	Unidade	1	Válvula retenção horizontal em latão com portilhole DN 75mm x 3"	R\$ 653,87	R\$ 653,87
15	Unidade	1	Válvula sucção para poço DN 75mm x 3"	R\$ 388,08	R\$ 388,08
16	Unidade	1	Registro esfera irrigação soldável DN 75mm	R\$ 159,03	R\$ 159,03
17	Folha	5	Lixa ferro nº 100	R\$ 4,43	R\$ 22,15
18	Unidade	3	Adesivo PVC embalagem 850 gr azul	R\$ 71,25	R\$ 213,75
19	Metro	6	Mangueira de sucção pesada cor laranja DN 75mm x 3" (Mangote)	R\$ 83,72 (por metro)	R\$ 502,32
20	Unidade	6	Abraçadeira de aço carbono 67 - 75mm x 3" reforçada largura 32mm espessura 2mm acabamento zincado	R\$ 16,54	R\$ 99,24
21	Unidade	1	Conjunto Motobomba 6,5 Hp, Gasolina, vazão de 60m³/h	R\$ 2.442,87	R\$ 2.442,87
22	Unidade	10	Aerador chafariz de 1/2 CV (0,5 CV) - Abrangência: 750 m²; Diâmetro aproximado de lançamento: 2m; Flutuador e Capa: Polietileno rotomoldado, com agente UV; resistente à quedas e impactos; tela de proteção e suporte: inoxidável. [Monofásico]	R\$ 1.487,07	R\$ 14.870,70
23	Unidade	2	Aerador chafariz de 1.0 CV - Abrangência: 2.500 m²; Diâmetro aproximado de lançamento: 4m; Flutuador e Capa: Polietileno rotomoldado, com agente UV; resistente à quedas e impactos; tela de proteção e suporte: inoxidável. [Monofásico]	R\$ 2.179,27	R\$ 4.358,54

24	Metro	1 rolo de 50 m	Mangueira Azul, diâmetro 50 mm, Comprimento 50 metros	R\$ 45,05 (por metro)	R\$ 2.252,50
25	Unidade	6	Alça preformada de serviço 70MM 2/0 AWG	R\$ 12,53	R\$ 75,18
26	Unidade	6	Armação Rex Zincado Pesada para 1 roldana em porcelana	R\$ 43,93	R\$ 263,58
27	Unidade	2	Arruela Alumínio 2 1/2 Zamac	R\$ 3,93	R\$ 7,86
28	Unidade	8	Arruela Quadrada 38X18X3MM 400042	R\$ 1,96	R\$ 15,68
29	Unidade	2	Bucha Alumínio 2 1/2 Zamac	R\$ 5,70	R\$ 11,40
30	Unidade	1	Cabeçote alumínio 2 1/2	R\$ 26,96	R\$ 26,96
31	Metro	15	Cabo de cobre 1KV FLEX 50MM Azul	R\$ 50,16	R\$ 752,40
32	Metro	45	Cabo de cobre 1KV FLEX 50MM Preto	R\$ 52,57	R\$ 2.365,65
33	Metro	3	Cabo de cobre NU 35MMV	R\$ 37,64	R\$ 112,92
34	Metro	450	Cabo mult quadruplex XLPE 4X 50MM + 50MM COLOR	R\$ 46,82	R\$ 21.069,00
35	Unidade	9	Conector de derivação perfurante (CDP) 25 à 120mm	R\$ 32,52	R\$ 292,68
36	Unidade	1	Curva ferro zincado 90º 2 1/2	R\$ 122,30	R\$ 122,30
37	Unidade	1	Caixa de medição polifásico TAF CMD3 N3 8623	R\$ 323,92	R\$ 323,92
38	Unidade	1	Disjuntor tripolar CXM 125A	R\$ 318,33	R\$ 318,33
39	Unidade	2	Eletroduto zincado 1/2 X 3MT Médio	R\$ 30,33	R\$ 60,66
40	Unidade	5	Fecho para fita aço inox 3/4" do tipo dentado.	R\$ 2,84	R\$ 14,20
41	Metro	5	Fita de aço inox AISI-430, tipo lisa, largura de 3/4", espessura de 0,5mm, largura de 19,05mm, utilizada com aparelho B-01 (máquina Eriband)	R\$ 4,83	R\$ 24,15
42	Unidade	1	Haste cobreada 2,4MT prolongável IHP858	R\$ 75,38	R\$ 75,38

43	Unidade	4	Laço de distribuição de topo CAA 2 AWG 15KV LTC66024	R\$ 12,36	R\$ 49,44
44	Unidade	6	Parafuso Máquina 250MM X 16MM 402140	R\$ 23,69	R\$ 142,14
45	Unidade	2	Parafuso Máquina 300MM X 16MM 402340	R\$ 25,87	R\$ 51,74
46	Unidade	6	Roldana porcelana marrom 72X72mm	R\$ 10,16	R\$ 60,96
47	Unidade	6	Terminal compressão 50MM TM50	R\$ 8,81	R\$ 52,86
48	Unidade	1	Quadro de comando 50x50x25 cm com flange	R\$ 671,02	R\$ 671,02
49	Unidade	4	Poste de concreto Duplo T, altura de 7,20m, com carga nominal mínima de 150dAN.	R\$ 862,50	R\$ 3.450,00
50	Unidade	4	Poste de concreto Duplo T, altura de 7m, com carga nominal mínima de 300 dAN.	R\$ 1.550,00	R\$ 6.200,00
51	M²	1.770 M²	<p>Aquisição de 1.770 M² de Geomembrana, devendo estar incluso o serviço de instalação.</p> <p>Descrição da geomembrana: Manta Termoplástica, Pead, Lisa, E = 2,00 MM - [ABNT NBR 15352].</p> <p>a) Todos os materiais e equipamentos necessários para instalação deverão ser fornecidos pela empresa contratada.</p>	R\$ 73,18 (por m²)	R\$ 129.528,60
				TOTAL	R\$ 313.038,82

1.2. Existem divergências entre a descrição contida nos CATMAT/CATSERV e aquela informada neste Termo de Referência, desse modo DEVERÃO SER CONSIDERADOS PELOS PARTICIPANTES AS DESCRIÇÕES CONTIDAS NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos referidos produtos e equipamentos por meio de Pregão Eletrônicos, Lei n. 10.520/2002 subsidiariamente, Lei n. 8.666/93 e suas alterações, objetivando o atendimento da demanda advinda do Departamento de Ensino do IFMT - Campus Alta Floresta. Aquisição de geomembrana, equipamentos hidráulicos e elétrico para implementação de tanques de piscicultura na fazenda experimental do IFMT - Campus Alta Floresta.

2.2. A principal atividade do Setor de Piscicultura, em implantação na Fazenda Experimental, tem o objetivo de desenvolver pesquisas e demonstrações práticas relacionadas à criação de peixes com vistas a fortalecer a formação dos acadêmicos do IFMT, bem como, ser um espaço para capacitação e transferência de tecnologia à comunidade local, sobretudo os produtores piscícolas. Assim, a aquisição dos materiais e equipamentos especificados nesta solicitação atenderão a implantação dos tanques de piscicultura, em especial o sistema de distribuição e drenagem de água, além das instalações elétricas relacionadas à operação e manutenção do referido setor.

2.3. Outra justificativa para aquisição de materiais e equipamentos hidráulicos e elétricos no setor da Piscicultura tem o objetivo de desenvolver pesquisas e demonstrações práticas relacionadas à criação de peixes com vistas a fortalecer a formação dos acadêmicos do IFMT bem como, ser um espaço para capacitação e transferência de tecnologia à comunidade local, sobretudo os produtores piscícolas. Desta forma, a aquisição dos materiais e equipamentos são imprescindíveis para a estruturação dos sistemas de captação, distribuição e controle de água, além de garantir o funcionamento adequado das atividades de piscicultura.

2.4. Justifica-se o critério de utilização de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) que é conhecido por ser um plástico rígido e resistente, altamente utilizado na indústria, por se tratar de um material que pode ser facilmente moldado e é fácil de limpar.

2.5. A geomembrana, também conhecida como membrana geossintética, é um material utilizado para impermeabilização de grandes áreas como lagos e tanques, áreas essas que estão sujeitas a movimentações e vibrações. Resistentes aos raios UV e a ataques químicos, a geomembrana é uma solução ideal para canais e lagos artificiais.

2.6. A geomembrana se destaca por ser a melhor opção para piscicultura e impermeabilização de grandes áreas, suscetíveis a vibrações e movimentações. Na sua composição são utilizados polímeros como PEAD, que se adapta facilmente a qualquer substrato.

2.7. Diante dos apontamentos acima, entendemos ser necessários a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de instalação de 1.770 M² de Geomembrana, atendendo a todas as especificações contidas na norma ABNT NBR 15352, e observando as características e demais condições.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O caso concreto não justifica a adoção do Sistema de Registro Preço (SRP), por se tratar de quantidades e materiais que atenderão o setor de piscicultura da Fazenda Experimental do Campus Alta Floresta em Paranaíta:

- a) Não haverá necessidade de contratações frequentes;
- b) É mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entrega única;
- c) É possível definir previamente com exatidão o quantitativo a ser demandado pelo Campus Gerenciador.

4.2. A natureza dos objetos a serem contratados neste termo de referência é considerada comum por motivo de que seus padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. DO LOCAL PARA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS DOS ITENS 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, desta licitação, serão entregues no endereço do IFMT listado abaixo, conforme descrito na ordem de fornecimento:

5.1.1. IFMT – CAMPUS ALTA FLORESTA –Rodovia MT 208, s/n - Lote 143-A, Loteamento Aquarela - Hamoa, Caixa Postal 148 - CEP: 78580-000, Alta Floresta MT, Telefone 66 3512-7000.

5.2. DO LOCAL PARA ENTREGA DOS ITENS 01, 02, 09, 21, 22, 23, 24, 49, 50 E 51 [ENTREGA E INSTALAÇÃO DO ITEM 51 - Geomembrana], desta licitação, será no endereço do IFMT listado abaixo, conforme descrito na ordem de fornecimento:

5.2.1. Fazenda Experimental IFMT, localizada na Rodovia MT- 206, s/n, CEP: 78.590-000, Entrada do Município de Paranaíta - MT, Caixa Postal 148, Telefone 66 3512-7000.

5.3. Aplicação da Geomembrana deverá se conforme a Norma da ABNT NBR 15352, a Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

5.3. Os produtos deverão vir acondicionados em embalagens apropriadas para o transporte;

5.4. Constatando-se fornecimento incompleto ou má qualidade do(s) produtos, a contratada estará obrigada a acrescentar ou substituir imediatamente os mesmos.

5.5. A entrega do(s) produtos deverá ser efetuada com observância das especificações previstas no Termo de Referência, responsabilizando-se a empresa fornecedora pela troca, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas consecutivos a partir da recusa dos itens que, porventura estejam deteriorados, fora das especificações e/ou do prazo de validade vencido ou com embalagem danificada.

5.6. A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição que porventura estejam deteriorados, fora das especificações e/ou do prazo de validade vencido ou com embalagem danificada, ou não compatíveis com as especificações deste Edital.

5.7. Serão observados os prazos de validade indicados pelos fabricantes.

5.8. Não serão aceitos produtos com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

5.9. Relativamente ao disposto no Edital, aplica-se também, subsidiariamente, no que couberem, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.

5.10. É vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada oficial.

5.11. Será considerada transmitida a nota de empenho/ordem de fornecimento; no caso de transmissão via e-mail, será considerado transmitido o documento, desde que não haja retorno de erro de transmissão e haja comprovação do envio para a caixa postal eletrônica indicada na proposta de preços.

5.12. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito o IFMT tal ocorrência, com a devida justificativa e comprovação, indicando a data em que efetivará a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior a 10 (dez) dias.

5.13. As entregas dos produtos deverão ser realizadas em horários definidos pela unidade responsável por cada ordem de fornecimento, podendo, a critério do órgão ser deslocados para outros horários (noturno ou em dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da instituição, sem ônus adicionais ao contrato.

5.14. O recebimento do produto objeto da contratação estará (ao) condicionado(s) à conferência, exame qualitativo e aceitação final, obrigando-se a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, os eventuais defeitos ou incorreções porventura detectadas.

5.15. Correrão por conta exclusiva da Contratada as despesas com frete, transporte, seguro e demais custos advindos da entrega dos materiais nas dependências da Contratante.

6. PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1. A entrega dos materiais e serviços deverá ser feita em sua totalidade em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento/Serviço.

6.1.2. O serviço de instalação do item 51 (Geomembrana) será executado em sua totalidade em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento/Serviço.

7. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, definida no instrumento contratual, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

7.2 O Critério de julgamento adotado será o Tipo Menor Preço por item.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas dos valores devidos a seus empregados no cumprimento das obrigações desta licitação.

9.1.8. Responsabilizar-se por possíveis indenizações decorrentes da execução da presente contratação, ocasionadas por erros ou falhas de seus funcionários ou preposto, quando de sua execução.

9.2. Aplicação do Item 51 - Geomembrana, deverá se conforme a Norma da ABNT NBR 15352, a Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da instalação da Geomembrana e dos materiais empregados;

9.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)

9.3 Responsabilizar-se por eventuais danos causados aos itens durante o transporte e descarregamento;

9.4 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) **Multa**:

(1) moratória de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total

do objeto;

III) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 313.038,82 (trezentos e treze mil e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos)

17. DA SUSTENTABILIDADE

17.1. Deverão ser observados, na aquisição, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber:

17.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

17.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

17.1.3. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

17.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

17.2. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.

Alta Floresta – MT, 14 de março de 2023.

Thaquiana Salomao Machado

Integrante da Comissão de Planejamento da Aquisição [Portaria 108/2022 - ALF-CRH/ALF-DAP/ALF-DG/CALF/RTR/IFMT, de 24 de agosto de 2022]
Matrícula: 2114947

Elisani Josele Rodrigues de Matos Santos

Integrante da Comissão de Planejamento da Aquisição [Portaria 108/2022 - ALF-CRH/ALF-DAP/ALF-DG/CALF/RTR/IFMT, de 24 de agosto de 2022]
Matrícula: 3292466

Neyssa Aparecida Filho Saccoman

Integrante da Comissão de Planejamento da Aquisição [Portaria 108/2022 - ALF-CRH/ALF-DAP/ALF-DG/CALF/RTR/IFMT, de 24 de agosto de 2022]
Matrícula: 3292452

Indianara Cristiny Franco Rodrigues

Chefe Departamento de Administração e Planejamento
Matrícula: 10007323

Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a continuidade do Processo. Desde que se obedeçam as formalidades legais, bem como as estabelecidas neste Termo de Referência.

Marcos Luiz Peixoto Costa

Diretor Geral IFMT - *Campus* Alta Floresta
Ordenador de Despesas
Portaria IFMT nº 734, 19.04.2021

Documento assinado eletronicamente por:

- **Neyssa Aparecida Filho Saccoman**, COORDENADOR(A) - FG - ALF-COM, em 14/03/2023 13:20:46.
- **Indianara Cristiny Franco Rodrigues**, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - ALF-DAP, em 14/03/2023 13:23:31.
- **Marcos Luiz Peixoto Costa**, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - ALF-DG, em 14/03/2023 13:24:28.
- **Thaquiana Salomao Machado**, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 14/03/2023 13:33:51.
- **Elisani Josele Rodrigues de Matos Santos**, ADMINISTRADOR, em 14/03/2023 14:08:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 490910

Código de Autenticação: 65f7efc262



TERMO Nº 11/2023 - ALF-COM/ALF-DAP/ALF-DG/CALF/RTR/IFMT